

“

Estratégia Alimentar de duas comunidades tradicionais nos municípios de Morros e São Mateus do Maranhão

- ▮ Merval Ribeiro da **Silva Filho**
- ▮ Laura Rosa Costa **Oliveira**
UFMA
- ▮ Altamiro Sousa de Lima **Ferraz Junior**

RESUMO

No Estado do Maranhão se pratica a agricultura tradicional itinerante, baseada no sistema de corte e queima. Embora esta prática ancestral seja sustentável, alguns estudos apontam a concentração de terras e a redução do período de pousio, podem estar contribuindo para o declínio na produção de grãos e ameaçando a segurança alimentar de agricultores familiares. Este trabalho objetivou avaliar o aspecto socioeconômico da segurança alimentar dos agricultores em duas localidades no Estado do Maranhão: Una dos Moraes, bacia hidrográfica do Rio Munim e a comunidade Timbaúba na bacia hidrográfica do Rio Mearim, no nordeste do Estado do Maranhão. Foram aplicados questionários aos agricultores e agricultoras com faixa etária acima de sessenta anos com a intenção de assegurar informações que pudesse retratar a alimentação no passado. Em Una dos Moraes os agricultores utilizam a pesca artesanal e a exploração de produtos da floresta como a juçara (*Euterpe oleracea* Mart. Arecaea) e a retirada de madeira como parte da estratégia de subsistência. Na comunidade Timbaúba a coleta de babaçu (*Orbignya phalerata* spp.) e a extração de madeira compõem a subsistência dos agricultores. Observou-se através da pesquisa que a exploração extrativista dos recursos naturais tanto em Una dos Moraes como em Timbaúba e promovido de forma sustentável quando se observa que a exploração é apenas para a subsistência. Os agricultores utilizam o policultivo diversificado, aumentando a eficiência energética das áreas cultivadas. Pode-se constatar que nem todas as políticas públicas do Governo Federal alcançam os residentes em Una dos Moraes. Já para Timbaúba, por situar-se na margem da BR 135, viabiliza maior inserção destas políticas. Conclui-se que se faz necessário à presença de políticas públicas incluindo a assistência técnica que possa contribuir na melhora da produtividade dos cultivos assim como na orientação para implementação de atividades econômicas que possam contribuir para o bem-estar social e econômico destas comunidades.

Palavras-chave: Agricultura, Subsistência, Segurança Alimentar, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão político - administrativo está localizado na Amazônia Legal e na Região Nordeste do Brasil, entre as coordenadas de 01°01' a 10°21' lat. S e 41°48' a 48°40' long. W. É o 8º Estado em extensão territorial com uma área de 329.555,8 km². Situa-se numa zona de transição dos climas semiáridos do interior do Nordeste para os úmidos equatoriais da Amazônia, o que é refletido no aspecto vegetacional, transiciona da Savana (Cerrado) no Sul, para as Florestas Estacionais no centro e na parte leste, para a Floresta Ombrófila no noroeste do Estado. (Maranhão, 2002; IBGE, 1984; Veloso *et al.*, 1982).

Do ponto de vista demográfico o Estado registra uma população residente do último censo 2010, estimada para 2020 é de 7.114.598 habitantes, com uma densidade populacional da ordem de 19,81 hab./km² (IBGE, 2020). Esta população encontra-se desigualmente distribuída pelo Estado com cerca de 59,53%, vive na zona urbana e 40,47% na zona rural (IBGE, 2000).

Conforme os dados do PNUD (2000) no geral o Maranhão apresenta graves problemas socioeconômicos e, atrelado a isso, o PNUD aponta que a renda está desigualmente distribuída, pois cerca de 80% da população mais pobre apropria-se de 39,64% e 20% da mais rica apropriam-se de 60,36%. Estas afirmativas podem ser corroboradas através dos dados do IDRH de 2005 para o Brasil que aponta o Maranhão na penúltima colocação dentre os 26 Estados da federação. E quando se avalia o IDRH - Renda, o Maranhão cai para a última colocação.

Apesar dos indicadores demonstrarem que a maioria da população nacional vive em estado de pobreza, este é um problema que se manifesta de forma mais preocupante no meio rural. De forma associada, é evidente a importância relativa do setor primário na economia nacional, já que perfaz cerca de 50% do Produto Interno Bruto – (PIB), empregando 82% da população ativa (IBGE, 2006: 1). No estado do Maranhão, a mandioca (tubérculo) é a base produtiva, e o principal recurso alimentar das famílias, correspondendo a 70% do total deste produto, sendo que ainda utiliza como prática agrícola na região o sistema itinerante de corte e queima na agricultura familiar.

Os municípios de Morros e São Mateus apresentam condições favoráveis para o cultivo da mandioca e do arroz respectivamente, e estes são os principais produtos agrícolas dessas áreas. As atividades agropecuárias são diversificadas, sendo expressivo no núcleo familiar a criação de pequenos animais (aves, caprinos, ovinos e abelhas sem ferrão). A bovinocultura concentra-se nos fazendeiros que contam com o poder econômico para a criação de corte, enquanto que o agricultor familiar quando possui em média cinco animais, geralmente maneja os seus animais soltos e se valem dessa atividade para complemento da renda familiar. A diferença no manejo para a criação intensiva pode estar associada na

assistência aos grandes projetos agropecuários aprovados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM na década 70 (Andrade, 1998). Na atualidade essa criação por agricultores familiares esta associada aos projetos do Governo Federal assistida pelas linhas de credito do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar)¹.

A segurança alimentar de uma comunidade está relacionada a fatores socioeconômicos e conjunturais que interagem fortemente a determinada dinâmica, ao longo do tempo no hábito alimentar, de acordo com as características estruturais da população como: cultura, regionalidade, condições produtivas, urbana ou agrícola (Soares, 2001/2002).

Conforme Maluf (1996) há uma larga tradição no tratamento da problemática alimentar na América Latina. No Brasil destacam-se as análises pioneiras e clássicas de Josué de Castro - um dos fundadores da FAO – que estudava sobre o fenômeno da fome, ainda na década de trinta do Século XX. Somente a partir de 1986 daquele século, o objetivo da segurança alimentar apareceu pela primeira vez, dentre os elementos definidores de uma proposta de política de abastecimento alimentar.

Hoffmann (1994), considera que segurança alimentar para uma população só ocorre se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Portanto para que se tenha uma vida saudável existe a necessidade de cada grupo familiar dispor de uma renda mínima, capaz de comprar alimentos para que possa consumir diariamente 2.200 calorias.

A segurança alimentar é um conceito que define um objetivo de políticas públicas, sendo, por isso, naturalmente suscetível a que lhes sejam atribuídas distintas acepções (Maluf, 1995).

Para Favaro (2007), a definição de segurança alimentar adotada pelo governo brasileiro, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) serve como base para a definição de políticas públicas de promoção de segurança alimentar. Nestas politicas se descreve como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais econômicas e ambientalmente sustentáveis.

Este artigo teve por objetivo analisar a estratégia alimentar no Povoado de Una dos Morais no Município de Morros e no Assentamento Timbaúba em São Mateus no Estado do Maranhão. Intuiu-se como referência a população na faixa etária de sessenta anos ou mais com a finalidade de se avaliar sob como a aposentadoria vem interferindo para melhorar a qualidade de vida destas populações, assim como a sua contribuição para minorar o atual quadro de desigualdades encontradas no meio rural.

1 O Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibiliza para a agricultura familiar cerca de nove Programas de assistência para os agricultores familiares. Considera-se que seja a manutenção dos programas de Assistência já existentes.

METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida nos municípios de Morros e São Mateus do Maranhão. O povoado de Una dos Morais faz parte do Município de Morros, localizado na Mesorregião Norte do Estado, Microrregião da Baixada Oriental do Maranhão conhecida como território Lençóis Maranhenses Munim, situa-se na latitude, 2° 86' S, longitude, 44° 04' W, ocupa uma extensão territorial de 1.260,9 Km². As vias de acesso ao município se dão através das Rodovias BR 135 e MA 402 (Translitorânea).

O Assentamento Rural Timbaúba pertence ao Município de São Mateus que é cortado pela rodovia BR 135, integra a Mesorregião Centro Maranhense e a Microrregião Médio Mearim da Bacia Hidrográfica do Itapecuru na Amazônia Oriental brasileira (Atlas do Maranhão, 2002), localizado na latitude -39° (sul) e longitude -44,6° (oeste). Timbaúba apropria uma área de 1.248,7422 hectares administrada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, possui 283 famílias residentes no local sendo 144 famílias cadastradas e 139 ocupantes consideradas excedentes.

Foram aplicados questionários² no povoado de Una dos Morais e no Assentamento Timbaúba com a finalidade de caracterizar as condições produtivas, hábitos alimentares e de bem-estar das famílias ocorridas no tempo e no espaço. Desta forma, foram privilegiadas as técnicas quantitativas de informação direta (Revueña y Ponsoada, 2003), tanto em Una dos Moraes como em Timbaúba, com amostragem de 20% da população com faixa etária a partir dos sessenta anos de idade. Na informação para completar os dados de natureza qualitativa (Taylor y Bogdan, 1987), (Sanmartin, 2003), foram coletados com os agricultores identificados chefes de família, com a finalidade de obter-se informações mais próximas da realidade. Na confecção de tabelas e gráficos, foi utilizado o software Microsoft Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão socioeconômica tem muitas variáveis, desde a renda, atividade econômica assim como as políticas assistenciais do governo federal.

Para muitas famílias do Una dos Morais e do Assentamento de Timbaúba, a pesca não configura a atividade principal de sobrevivência do grupo familiar. Na verdade, a pesca e o extrativismo vegetal das palmeiras de babaçu (*Orbignya spp.*) e juçara (*Euterpe oleracea* Mart. *Arecaea*) se constituem em uma atividade produtiva apenas em determinadas épocas

2 Foi feita atualização pertinente aos assuntos abordados no questionário através de entrevista em profundidade com os informantes-chaves da pesquisa. No entanto a entrevista ocorreu por conferência pela internet motivado pela pandemia Covid-19. O cenário de qualidade de vida nas localidades Una dos Morais no Município de Morros e Timbaúba no Município de São Mateus no Estado do Maranhão, quase não foram alterados, Há de se corroborar inclusive que recentes publicações indicam o período 2010-2020 como a Década Perdida na economia brasileira.

do ano. O babaçu e explorado de setembro a fevereiro e a juçara de setembro a dezembro ou janeiro conforme a safra.

Um número elevado das famílias em Una dos Moraes sobrevive da agricultura familiar e da criação de pequenos animais, do extrativismo e da pesca. Em contraste, em Timbaúba esta realidade é diferente, uma vez que grande parte das famílias mantém as suas roças apesar de estarem aposentados. Isto é relevante por que na segunda comunidade os agricultores são assentados enquanto que em Una dos Moraes eles dependem de áreas devolutas para implantar a agricultura. Portanto a ordem de importância dos seus cultivos em Morros, dependia da localização da unidade familiar e da relação de dependência da família com o rio, em determinada época do ano.

Quando inquiridos se alguma vez já passaram fome pela ausência das três refeições durante o dia, os entrevistados responderam em sua maioria que nunca ficaram um dia todo sem alimento, ou seja, almoçavam e não jantavam, comiam frutas como manga muito comum da região. Esta foi a justificativa apresentada por eles, alegando que sobreviviam da pesca, da agricultura e dela tirando o seu sustento e o rio era utilizado como forma de lazer, higiene, e para a retirada do alimento da família, fato este que ainda ocorre. Das suas roças vinha a maior parte da alimentação do grupo familiar como a mandioca, feijão milho, arroz, abóbora quiabo, tomate, vinagreira, coentro dentre outros tubérculos e hortaliças.

A pesca fazia parte da dieta alimentar incluída nas refeições em quase todos os dias junto com a farinha de mandioca.

Alguns entrevistados relataram que a maioria dos produtos que necessitavam era retirado da terra ou trocavam no comércio local pelos produtos que não produziam como o café. Isso mostra que a agricultura familiar tem um papel fundamental para o atendimento das necessidades da família a longo prazo, muitas vezes favorecido pela prática policultivo praticado nas pequenas unidades familiares. Fato este é comprovado pelo INCRA/FAO (1999) a renda total por hectare demonstra que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00 ha/ano pelos agricultores patronais”.

Quando indagados sobre aposentadoria 90% dos entrevistados tanto em Una dos Moraes como no PA de Timbaúba, disseram ser aposentados o que gera uma renda mensal que vai de R\$ 1.045,00³ (mil e quarenta e cinco reais) a R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais). Quando na residência existem dois aposentados, em alguns casos, a renda do casal reflete positiva na qualidade de vida da família e, por conseguinte, no computo da população para a região.

3 Salário com valor monetário para 2020: R\$ 1.045,00.

A aposentadoria tem uma importância para a segurança alimentar e vai além do sustento do próprio aposentado. Este benefício contribui para alimentar os agregados tais como filhos, noras e netos, que convivem dentro do núcleo familiar dos aposentados.

A aposentadoria no meio rural possibilitou que milhões de pessoas tivessem condições de comprar os alimentos essenciais, sendo uma realidade no meio rural que se refletiu a partir da década de setenta, quando foram implementadas as leis que puderam garantir a aposentadoria para os trabalhadores rurais. Desta forma diminuiu a dependência dos aposentados em relação aos filhos que proviam o sustento dos pais em idade avançada.

Em Una dos Moraes somente 10% dos entrevistados responderam que recebiam Bolsa-Família⁴, e no Assentamento Timbaúba, estes responderam ser integrantes do Programa Fome Zero do Governo Federal. No geral todos acreditam que devido a inclusão do Programa Bolsa Família e a aposentadoria no meio rural, tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida, e no aumento da circulação de renda no município.

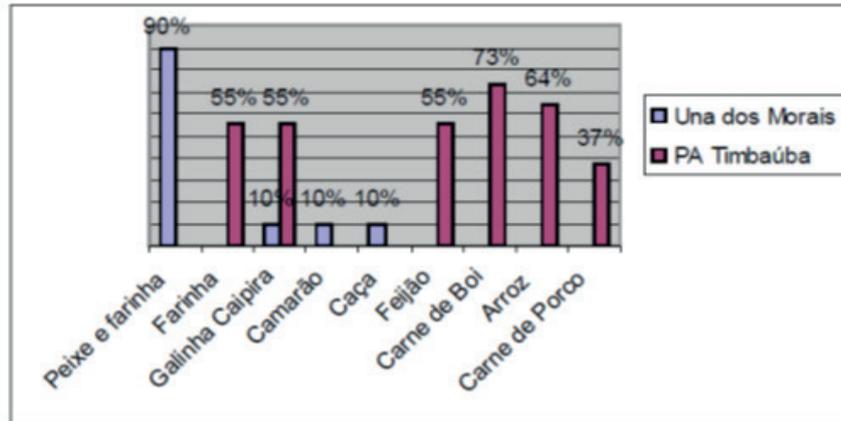
Todos os entrevistados afirmaram que com Programa Bolsa Família e a aposentadoria eles podem fazer compras e pagar no mês seguinte, tem crédito no comércio local para garantir suas necessidades essenciais tais como a alimentação. Estes dados demonstram que as políticas governamentais implementadas, refletem numa melhora na qualidade de vida do meio rural, oportunizando uma oferta maior de alimentos na mesa desses agricultores.

De acordo com o questionário aplicado, determinou-se como qualitativa e quantitativa, os alimentos mais consumidos nas comunidades estudadas. Com este recurso foi possível avaliar o perfil de consumo no presente e no passado, conforme Figura 1. Desta forma, em Una do Moraes o alimento mais consumido há 30 anos era o peixe com farinha de mandioca. Em Timbaúba segundo os entrevistados, era a carne de boi e o arroz. Acredita-se que estes dados refletem a produção local da época.

Percebeu-se que Timbaúba apresenta uma diversidade maior na dieta alimentar, e atribui-se que este fato esteja associado aos hábitos alimentares herdados dos pais e avós quando migraram de outras regiões do Nordeste, ou ainda, pela ausência da oferta do peixe como alimento prioritário em Timbaúba que tem o Rio Limão como um rio temporário, e que estão disponíveis Rios permanentes com o Rio Una com oferta generosa de peixes, em Una dos Moraes⁴.

4 Bolsa-Família – Programa Assistencial do Governo Federal que assiste famílias que tem renda mensal menor que o salário mínimo vigente de R\$ 1.045,00

Figura 1. Alimentos mais consumidos em Una do Moraes e Timbaúba



Conforme a Figura 2, cerca de 44% dos entrevistados, na 1ª refeição consome café, pão e manteiga em Una dos Moraes e 28% disseram consumir café, pão ou bolo, no PA de Timbaúba (Figura 3). Este fato demonstra que, nos dias atuais, o nível de renda da população, foi favorecido pelas políticas governamentais através da aposentadoria e do bolsa família.

Figura 2. Café da manhã - Una dos Moraes - MA

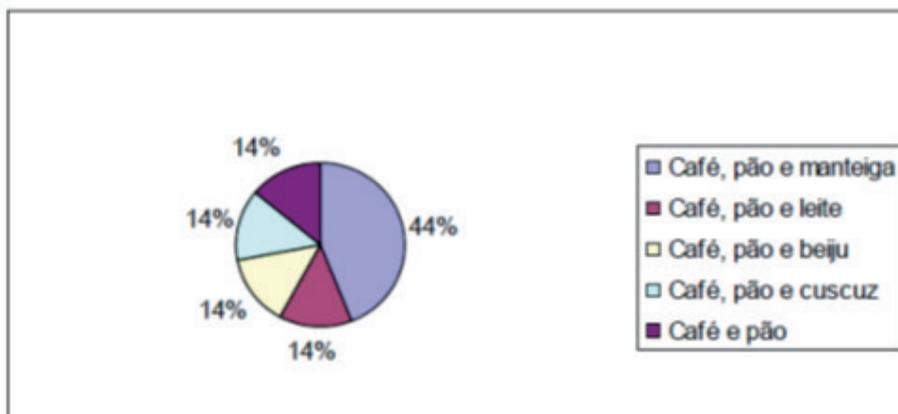
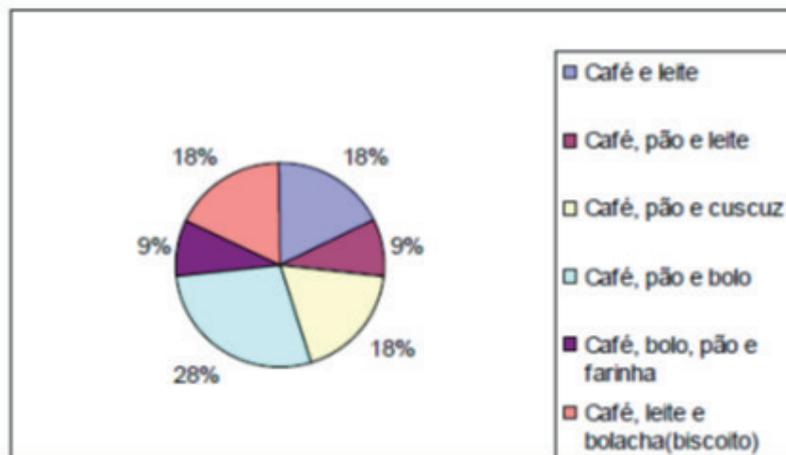
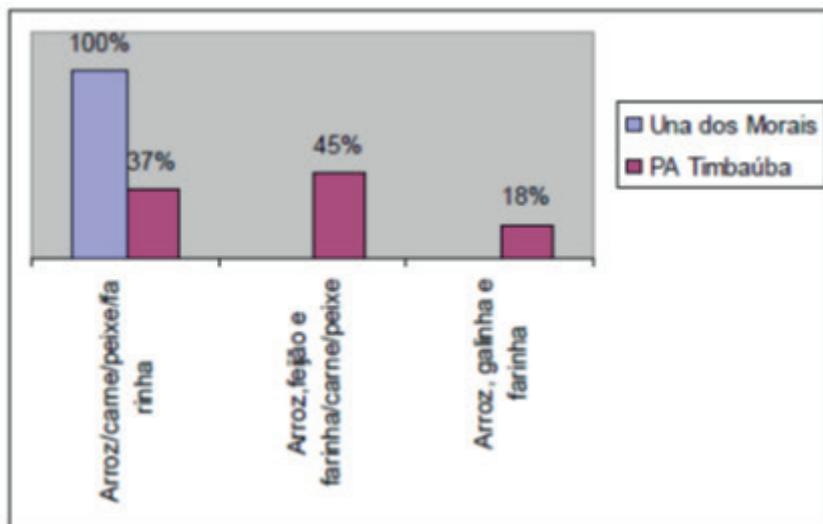


Figura 3. Café da manhã - PA Timbaúba/São Mateus - PA



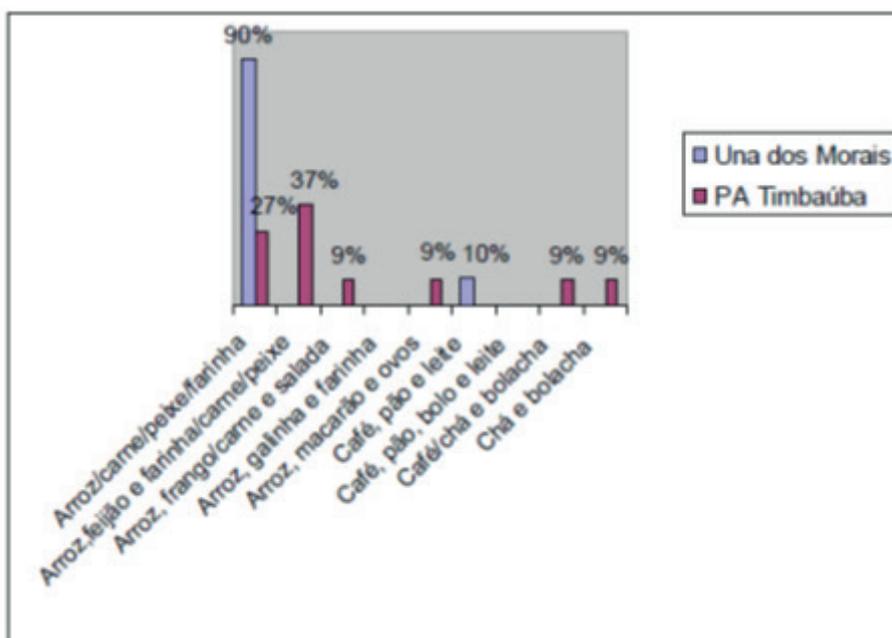
A Figura 4, demonstra que 100% dos entrevistados de Una dos Morais, consomem no almoço arroz, carne ou peixe acompanhado com farinha, enquanto que em PA de Timbaúba 45% consome Arroz, feijão, carne/peixe, também acompanhado com farinha produto indispensável na dieta alimentar dessa população.

Figura 4. Alimentos consumidos no almoço



No jantar o alimento mais consumido e muito parecido com o que é servido no almoço, portanto em Una dos Morais 90% consome a mesma refeição do almoço e somente 10% consome café, pão e leite, enquanto que no PA de Timbaúba, cerca de 37% consomem Arroz, feijão, farinha de mandioca, carne, peixe, 27% consome arroz, feijão e farinha acompanhado com carne ou peixe e cerca de 9% diversifica esse consumo como mostra a Figura 5.

Figura 5. Alimentos consumidos no jantar



CONCLUSÃO

Diante dos dados analisados podemos concluir que o modo de pensar a estratégia alimentar na agricultura familiar de Uma dos Moraes e Timbaúba mudou ao longo do tempo refletindo o dinamismo da agricultura e da realidade de cada lugar. Tal reflexo e sentido no momento de se definir o que é segurança alimentar uma vez que esta ganhou conotações diferentes, refletindo os aspectos que marcavam a sociedade em determinada circunstância: o valor dos produtos e dos aspectos econômicos da produção. Cada setor tem um papel definido nessa dinâmica atual.

Anteriormente o agricultor familiar tirava seu sustento da terra. Entretanto nos dias atuais, de acordo com a indisponibilidade de terras e o avanço da idade destes agricultores, boa parte do produto vem do comércio local, o que faz com que esta atividade seja realizada cada vez mais de forma esporádica pelas pessoas da terceira idade. O que de fato garante a alimentação básica e a aposentadoria, que na maioria das residências tem duas pessoas aposentadas, conforme demonstrou os dados desta pesquisa. Para os entrevistados, a bolsa família também trouxe benefícios significativos para as famílias que não possuem terra para plantar, e os chefes de família que não tem um emprego fixo ocasionado pela baixa escolaridade, situação comum no meio rural. Diante a todos estes fatos, a situação socioeconômica do país ao longo dos anos contribuiu também para o agravamento do quadro das disparidades econômicas que são evidenciadas no meio rural.

■ REFERÊNCIAS

1. Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6 ed. Recife: Editora da Universidade da UFPE, 1998. 305p.
2. Favaro, Tatiana. RIBAS, Dulce Lopes Barboza. Zornatto, Jose Roberto. Segall-Correa, Ana Maria. Panigassi, Giseli. *Segurança alimentar em famílias indígenas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(4): 785-793, abr, 2007
3. Hoffman, Rodolfo. *Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil*. Texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil, realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.
4. IBGE, Censo Demográfico e Econômico. Estado do Maranhão. 1984.
5. _____, Censo Demográfico e Econômicos. Estado do Maranhão. Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 2000.
6. _____, Censo Demográfico e Econômicos. Estado do Maranhão. Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

7. _____, Cidades e estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/maranhao.html> < acesso em 17/12/2020>.
8. _____, Cidades e estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/morros.html> < acesso em 17/12/2020>.
9. _____, Cidades e estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/são mateus.html> < acesso em 17/12/2020>.
10. INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Brasília, 1999.
11. INCRA/FAO. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996. Maranhão, 2000.
12. Maluf, Renato S.; Menezes, Francisco; Valente, Flavio L. *Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil*. Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.
13. _____, *Segurança alimentar e desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 15, no 1 (57), janeiro-março/1995.
14. PNUD. Atlas de Desenvolvimento. 2000.
15. Revuelta, Javier y Ponsoada, Vicente. Simulación de modelos estadísticos en ciências sociales. Cuadernos de Estadística. Ed. La Murlla, Madrid. 2003.
16. Sanmartin, R. Observar, escuchar, comparar, escribir: la practica de investigacion cualitativa. Ed. Ariel Antroplogia. Madrid, 2003.
17. Soares, Adriano Campolina. *A multifuncionalidade da agricultura familiar*. Action Aid Brasil, Proposta No 87 Dezembro/Fevereiro de 2000/2001.
18. Taylor, S.J. Bogdan, R. Introduccion a los metodos cualitativos de investigacion. Ed. Paidos Iberica. Barcelona, 1987.
19. Veloso, H.P. & Goes-Filho, L. 1982. *Fitogeografia Brasileira. Classificação Fisionômico-Ecológica da Vegetação*. **Boletim Técnico Projeto RADAMBRASIL. Serie. Vegetação, No 1**, Salvador.